

cracia sem que fosse decretada uma anistia, urgente, ampla e irrestrita, restabelecendo-se, através dela, direitos e prerrogativas ilegalmente subtraídos como pressuposto indispensável à pacificação nacional. Não basta, pois, libertar Wilson Ferreira Aldunate e restabelecer seus direitos políticos. É fundamental que todos os presos políticos, inclusive Raul Sendic e seus companheiros, recobrem a liberdade e possam, como cidadãos responsáveis, contribuir para a retomada da democracia no Uruguai. Hoje, nos cárceres e enxovias da ditadura oriental, vegetam tristemente milhares de patriotas, muitos deles sem julgamento e não poucos estranhamente reprocessados.

Somente a anistia agora, total e irrestrita, será capaz de atenuar as tensões políticas e sociais acumuladas em onze anos de ditadura, encaminhando o Uruguai a um futuro menos árido e nebuloso. É preciso que Gregório Alvarez e seus cúmplices entendam de uma vez por todas que a História jamais foi escrita à ponta de baioneta.

Por derradeiro, Sr. Presidente, quero registrar o mais veemente protesto contra a forma atrabiliária e ilegal com que agiram o veterinário Antônio Lopes Ferreira, da Secretaria de Agricultura, e o exator Elói Vicente Ferreira, funcionário da Secretaria da Fazenda, no sentido de constranger e intimidar humildes agricultores do Município gaúcho de Tuenduva. Imaginando-se donos da verdade e da vontade alheia, esses funcionários do Governo gaúcho, pagos pela população para servi-la, cometeram toda sorte de violências, utilizando até mesmo patrulhas policiais, para amedrontar pequenos produtores rurais e multá-los arbitrariamente. Estou, nesta data, encaminhando ofícios ao Governador Jair Soares e aos Secretários estaduais da Agricultura e Fazenda, com farta documentação, denunciando essas violências e encarecendo providências para punir os responsáveis pelas arbitrariedades praticadas. Independentemente dessas providências, gostaria de, por último, dizer aos que cometeram essas violências que eles não estão acima da lei e que serão obrigados a curvar-se aos imperativos legais.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MILTON REIS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Deputados, finalmente depois de vinte anos de luta, numa campanha interrompida apenas no período mais acerbado da ditadura, parece que Brasília terá sua autonomia eleitoral, escolhendo representantes no Congresso Nacional, que servirão de intérpretes às aspirações de mais de um milhão e trezentos mil habitantes.

Quando o Senador Aderbal Jurema anunciou que iria acolher, em substitutivo ou parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1984, a eleição de oito Deputados pelo Distrito Federal, atendendo a solene compromisso com a juventude do seu partido, estava assumindo uma atitude alta e significativa, cumprindo proposição do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, infelizmente interrompida nos Governos seguintes por injunções cavilosas de alguns adversários da democracia representativa.

Particularmente grata se nos apresenta esta conquista, quando nos lembramos de que, em 1959, participando da Comissão Mudancista, que para cá veio a fim de acompanhar as obras do Congresso Nacional, no seu vibrante alvorecer, vimos surgir, da solidão do cerrado goiano, a materialização do sonho dos inconformes e do Patriarca da Independência, no sentido de interiorizar a capital do País, que seria transformada num verdadeiro pólo cultural, político e econômico, empurrando para as fimbrias da Amazônia nossas fronteiras agrícolas, desenvolvendo plenamente o ensino universitário, criando institutos de pesquisa, integrando as experiências da cibernética, oferecendo aos Três Poderes a mais completa assessoria e as melhores condições de funcionamento.

Naquela época, acreditávamos plenamente em Brasília e confiávamos integralmente na capacidade de Juscelino Kubitschek, no sentido de realizar a sua meta síntese, que respondia a uma secular aspiração nacional.

Continuam aqui, nesta Capital da Esperança, os candangos de 1956 a 1960 e os rastros dos que seguiram em demanda do Brasil Central; alguns desapareceram, acompanhando o luminoso caminho de Juscelino para a Eternidade; outros seguiram a rota da Belém—Brasília, edificando novos núcleos urbanos, ao longo dos seus dois mil quilômetros.

Entretanto, os que ficaram, na tarefa permanente de edificação da cidade, viram-se proscritos da vida política, desde 1964, quando a escolha do Presidente passou a fazer-se pelo voto indireto, prolongando por mais de vinte anos um jejum cívico não desejado pela Nação.

Velada aos brasileiros a participação político-eleitoral, restava-lhes, no entanto, influir, na maneira do possível, nos destinos da cidade.

Pouco poderia ser feito, dados os impedimentos institucionais.

Quando para aqui viemos, em 1960, tomamos a iniciativa de criar, junto com saudosos companheiros, na Câmara dos Deputados com o Senado Federal, por via de companheiros de partido na Câmara Alta, a Comissão do Distrito Federal.

Vingou apenas aquela, que ainda hoje existe, na outra Casa do Congresso, opinando sobre as matérias legislativas do interesse da Capital da República, discutindo seu orçamento, acompanhando sua tarefa administrativa.

Agora, quando se permite a representação de Brasília na Câmara dos Deputados, resta-nos aplaudir esta primeira deliberação, continuando, no entanto, a lutar pela sua necessária complementação, ou seja, os três representantes no Senado Federal, como ocorria com a Capital no Rio de Janeiro, que também dispunha de uma Câmara de Vereadores.

Alegrou-se que o Distrito Federal não é unidade federativa, ignorando-se até o adjetivo contido na sua própria qualificação. Evidentemente, não é um Estado, mas compõe, juridicamente, a Federação, é pessoa jurídica de Direito Público, o que não acontece, apenas, com os Territórios Federais, impedidos, por isso mesmo, de terem assento na Câmara Alta.

Esse erro jurídico, de negar-se à Capital da República a condição de unidade federada, decorre, nada menos, que de um preconceito político, desmentido pela tradição do nosso Direito Público, quando até o antigo Município Neutro, no Império, tinha representação parlamentar.

Neste momento, quando Brasília está em vias de conquistar, parcialmente, sua autonomia eleitoral, homenageamos a memória do inesquecível Juscelino Kubitschek, que a criou, sobretudo para que ela pudesse exercer a função de pólo cultural e dinâmico do desenvolvimento brasileiro. Aproveitamos, ainda, o ensejo para congratular-nos com os candangos, que a construíram e com ela sonharam, que a viram crescer e vêem, agora, a Capital da Esperança dar mais um passo no caminho do seu glorioso destino.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.)— Sr. Presidente, Srs. Deputados, o engodo, enfim, é escancarado à toda a Nação Brasileira, e, mais uma vez, e de forma definitiva, fica provado que as oposições sempre tiveram razão quando afirmavam que o Governo, na realidade, jamais quis negociar coisa alguma, que sua mão estendida não passava de um gesto retórico e que aquilo que reiteradas vezes chamou de entendimento não passava de afirmação demagógica, a fim de nos atrair à arapuca, adrede preparado.

Rejeitada a emenda Dante de Oliveira, afirma o Planalto que as negociações deveriam ser realizadas no foro

competente que seria a Comissão Mista, que estava a apreciar sua emenda, dita mais abrangente; que o substitutivo do relator seria, em última análise, o fruto de intensa negociação, em busca de melhores caminhos para o povo brasileiro.

Todos fomos à Comissão Mista, através de "n" propostas, consubstanciadas em subemendas à emenda do Executivo. Atingimos os detalhes depois de estafante trabalho de convencimento, de "venda de idéias", de troca de idéias.

O relator chegou a anunciar os tópicos mais importantes do substitutivo que apresentaria, no dia de hoje, e as oposições, depois de ampla negociação — é bom repetir — estavam propensas até a concordar com a aprovação do substitutivo, pelos avanços que, negavelmente, continha com apenas um ou dois destaques referentes a pontos não acordes. O impasse parecia superado. A data para a votação da proposta já estava designada, após acordo de todas as lideranças. Discutiríamos apenas um ou duas questões, na oportunidade devida, mas, de certa forma, pode-se dizer as regras do jogo já estavam devidamente estabelecidas.

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a menos de uma semana do dia "D", somos surpreendidos com a anúncio de que nada daquilo que se discutiu tem qualquer valor. As emendas apresentadas por todos os segmentos, centenas de emendas, são destinadas à lata de lixo, e a palavra empenhada de todas as lideranças, ao descaço, à desconsideração, ao desrespeito. S. Ex^a o Senador Aderbal Jurema, cumprindo determinações palacianas, anuncia que tudo não passou de brincadeira, já que o substitutivo "negociado" não será mais apresentado. S. Ex^a apresentará apenas o parecer referente à emenda do Executivo.

Isso, Sr. Presidente, é, no mínimo, uma rasteira, não só às oposições, mas a todo o Congresso Nacional, que ficará diante do seguinte dilema: aprova a Emenda Figueiredo e arca com o ônus de haver aprovado retrocesso nela contidos ou rejeita, arcando também com o ônus de repetir avanços que, sem dúvida a proposta contém. E, com isso, o plano palaciano de desmoralização desta Casa se evidencia de maneira transparente.

Não poderia, Sr. Presidente, deixar de consignar esse protesto veemente pela desconsideração, desrespeito e menosprezo evidenciados com a atitude que acaba de ser tomada pelo Palácio, através do Relator, que, seguramente, prestou-se a isso, e com habilidade. Por isso, Sr. Presidente, e por tudo mais, é que a posição do grupo "pró diretas", ao qual pertencço, a cada dia se mostra a mais séria, a mais coerente e a mais atual.

Só há uma saída, um caminho ou uma direção: aprovarmos o substitutivo do "pró-diretas", subscrito por todas as oposições.

"Diretas já" e "só diretas" são a única saída para o impasse.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Líder branco Wilson Ferreira Aldunate foi preso pelos beletristas da ditadura uruguaia ao retornar, de navio, à sua pátria. Prenderam Aldunate, como cresceram e torturaram Raul Sendic, Liber Seragni e milhares de democratas e como exilaram quase meio milhão de pessoas. Não lograram, no entanto, encarcerar o pensamento libertário que varre o País irmão de ponta a ponta.

Encarceraram os líderes, todavia não são poderosos o bastante para enclausurar a revolta de um povo massacrado, sofrido e, paradoxalmente, resistente e esperançoso.

Podem alegar, Sr. Presidente, que nós nos estariamos intrometendo em assuntos da economia interna uruguaia. São as mesmas vezes que insistem em reduzir os decibéis diante do FMI, dos banqueiros internacionais e